

BNDES *Florestas*



**DO BRASIL
POR TODO O PLANETA**

Estratégia do BNDES e do Governo Federal para
posicionar o Brasil como referência global em
bioeconomia e sustentabilidade, integrando
preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

Sumário

EDITORIAL	
BNDES Florestas: do Brasil por todo o planeta	4
BNDES FLORESTAS CRÉDITO	
Garantindo crédito para a economia da floresta.....	8
PROFLORESTA+	
Solução completa de oferta e demanda para equacionar financiamento em restauro florestal	10
CONCESSÕES FLORESTAIS	
Um Reino Unido inteiro de florestas em estudo.....	12
BNDES FLORESTAS INOVAÇÃO	
Inovação, pesquisa e alta tecnologia.....	15
CHAMADA DE CLIMA	
Conectando ativos naturais e financeiros.....	17
CONSULTA PÚBLICA CERTIFICAÇÃO DE CRÉDITO DE CARBONO	
Adequar à realidade nacional e democratizar a certificação de crédito de carbono	19
ARCO DA RESTAURAÇÃO	
Da destruição à esperança.....	22
FLORESTA VIVA	
Restaurando vidas.....	25
OUTROS APOIOS	
Emergência em áreas críticas da Amazônia.....	28
Sertão Vivo	30
ESTUDO CADEIA PRODUTIVA:	
Cadeia da restauração florestal: desafios e caminhos para o desenvolvimento	32



EDITORIAL

BNDES Florestas: do Brasil por todo o planeta

As florestas são a mais sofisticada, barata e disponível tecnologia natural que a humanidade possui para enfrentar a crise climática. Elas absorvem carbono, regulam chuvas, estabilizam temperaturas, asseguram água e protegem a biodiversidade. Também sustentam modos de vida de milhões de pessoas em todo o mundo. No entanto, incêndios, desmatamento e degradação ameaçam essa riqueza insubstituível. Desde 1990, já perdemos 420 milhões de hectares de florestas. Reverter essa tendência passou a ser uma prioridade do governo brasileiro, que vem reduzindo o desmatamento e assumiu o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares até 2030 e garantir um desenvolvimento econômico e social para milhões de pessoas que vivem nessas regiões.

Nesse cenário, com a volta do Brasil à posição central no debate sobre clima e desenvolvimento, o **BNDES Florestas** surge como a estratégia estruturante para transformar a restauração florestal e a bioeconomia de espécies nativas em pilares do desenvolvimento sustentável brasileiro, construindo caminhos para tornar o Brasil um ator de destaque no restauro florestal e na cadeia de florestas global.

Mais do que um conjunto de ações, o BNDES Florestas é um guarda-chuva de iniciativas que se conectam e se fortalecem mutuamente. Entre elas: o BNDES Florestas Crédito, financiando restauração ecológica e produtiva, além da cadeia do restauro florestal de nativas com o Fundo Clima; o Floresta Viva, com recursos próprios do BNDES e que mobiliza parcerias privadas num arranjo financeiro inovador para recuperar milhões de hectares; o Arco da Restauração, que transforma áreas devastadas da Amazônia em corredores de recomposição ecológica e produtiva; o ProFloresta+, em parceria com a Petrobras, que conecta financiamentos a contratos de compra antecipada de carbono; as concessões florestais com restauro e manejo viabilizando as áreas públicas de florestas; o BNDES Florestas Inovação, investindo em tecnologia para reduzir custos, dar previsibilidade e ampliar impacto; além do Fundo Amazônia, maior iniciativa mundial de REDD+, hoje canalizando recursos também para redes de sementes, brigadas florestais e viveiros.

Nos últimos três anos, o Banco já mobilizou **R\$ 7,0 bilhões** para manter e reconstruir florestas brasileiras, combinando instrumentos reembolsáveis e não reembolsáveis, crédito, garantias, concessões e apoio produtivo. Não são promessas, são projetos em franca implementação e em todo território nacional. Cada iniciativa fortalece a outra: viveiros criados para restaurar unidades de conservação abastecem projetos vizinhos; redes de coletores de sementes apoiadas pelo Fundo Amazônia servem tanto às concessões florestais quanto aos projetos apoiados pelo Fundo Clima; contratos de carbono do ProFloresta+ dão previsibilidade e destravam capital para novos plantios.

Essa lógica em rede multiplica impactos e consolida três frentes estratégicas:

- » **Climática**, ao garantir captura real de carbono com biodiversidade, diferenciando o Brasil de práticas de *greenwashing*;
- » **Socioambiental**, ao colocar povos indígenas, quilombolas e comunidades extrativistas como protagonistas da nova economia da floresta;
- » **Econômica**, ao transformar restauração e manejo sustentável em cadeias de valor – do plantio e coleta de sementes à certificação de créditos de carbono, do extrativismo de espécies nativas como açaí, castanha e cacau à geração de empregos e renda.

Esta edição da *Revista BNDES Florestas* apresenta, em dez frentes de atuação, como esse programa se estrutura para fazer do Brasil um protagonista global da restauração florestal e da economia verde. Todo esse conjunto de medidas é guiado pelas políticas públicas do Governo Federal, em especial o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Ao reunir ciência, tecnologia, crédito, políticas públicas e inovação, o BNDES Florestas demonstra que é possível construir um ciclo virtuoso em que conservação, renda e desenvolvimento caminham juntos.

O desafio é enorme, mas a oportunidade é ainda maior. Nesta COP30, o Brasil mostra ao mundo que está pronto para liderar uma revolução verde silenciosa, baseada não em monoculturas, mas na força das florestas nativas, restauradas de forma ecológica e produtiva, respeitando cada bioma e sua gente.

Do Brasil, para todo o planeta.

BNDES FLORESTAS:

- » BNDES Florestas Crédito
- » ProFloresta+
- » Concessões florestais
- » BNDES Florestas Inovação
- » Chamada de Clima
- » Certificação de crédito de carbono
- » Arco da Restauração
- » Floresta Viva
- » Estudo Cadeia Produtiva
- » Outros apoios não reembolsáveis



que resultarão em:

**280 milhões
DE ÁRVORES PLANTADAS**

**168.172 hectares
RECUPERADOS**

**70.632
EMPREGOS CRIADOS**

**54 milhões
de toneladas
de CO₂e*
CARBONO CAPTURADO**

*Equivalem a mais de três anos sem carros na cidade de São Paulo

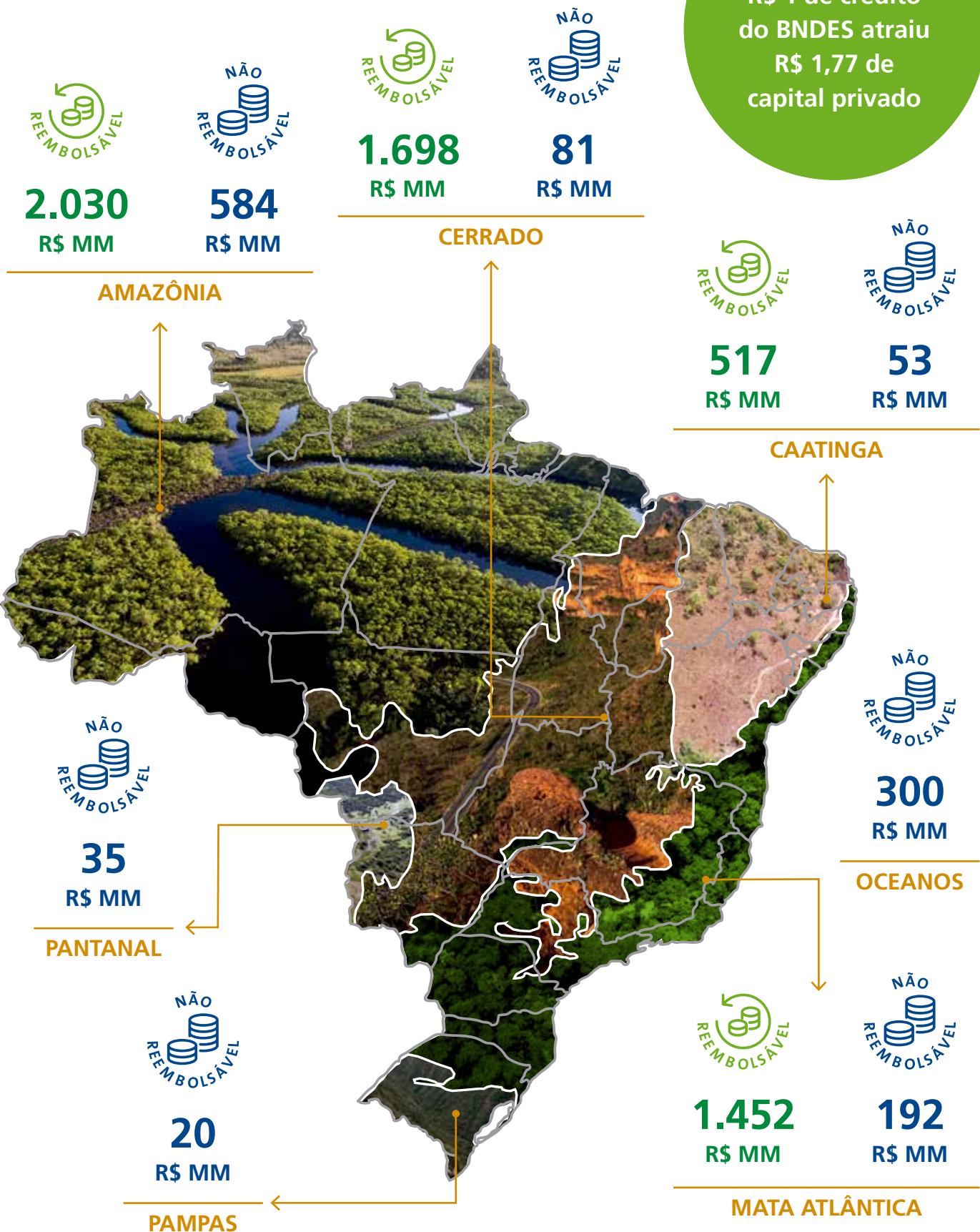
BNDES E PARCEIROS NOS BIOMAS

REEMBOLSÁVEL (EM R\$ MILHÕES)			
	\$ BNDES	\$ Parceiros	Total
Amazônia	838,2	1.192,0	2.030,2
Mata Atlântica	794,7	658,0	1.452,7
Cerrado	241,7	1.457,0	1.698,7
Caatinga	186,1	330,9	517,0
TOTAL	2.060,7	3.637,9	5.698,6

NÃO REEMBOLSÁVEL (EM R\$ MILHÕES)

	\$ BNDES	\$ Parceiros	Total
Amazônia	503,5	80,5	584,0
Mata Atlântica	106,0	86,0	192,0
Cerrado	50,5	30,5	81,0
Caatinga	36,5	16,5	53,0
Pantanal	32,6	2,6	35,2
Pampa	20,0	-	20,0
Oceanos	159,0	141,0	300,0
TOTAL	908,1	357,1	1.265,2
TOTAL GERAL	2.968,8	3.995,0	6.963,8

O BNDES mobilizou
R\$ 7 bilhões em recursos
ao setor florestal desde 2023





BNDES FLORESTAS CRÉDITO



Garantindo crédito para a economia da floresta

Quando o Governo Federal lançou o Novo Fundo Clima, coordenado pelo MMA com gestão do BNDES, poucos apostariam que a parte mais nobre do fundo seria dedicada ao setor florestal, e que os projetos iriam se multiplicar. O ceticismo não era gratuito. De fato, estávamos frente a um enorme e paradoxal desafio.

Afinal, tratava-se de um mercado nascente, com riscos e vantagens ainda pouco mapeados, empresas novas com domínio da tecnologia e capital, mas sem histórico de implantação de projetos em larga escala e sem garantias, e um mercado de carbono em amadurecimento. Some-se a isso a complexidade das concessões florestais, com receita baseada em créditos de carbono ainda em estruturação, e o processo de construção de consenso técnico sobre o potencial de captura de carbono das florestas brasileiras – solo, biomassa e ecossistemas.

Ainda assim, o cenário aponta para oportunidades únicas, especialmente no segmento de restauração florestal com espécies nativas, maior portador de futuro e de expansão no setor florestal, a partir do mercado de madeiras nativas certificadas e da demanda por crédito de carbono de alta qualidade. O Brasil também possui vastas áreas degradadas aptas para restauração e conta com empresas, universidades e organizações sociais que dominam a tecnologia de recuperação de florestas. Além disso, o país tem condições naturais, como o regime de chuvas, que favorecem a atividade.

Diante desse quadro, a estratégia do BNDES para fomentar e viabilizar a economia de restauro florestal de nativas envolveu vários passos. A ação do Banco foi precedida por estudos aprofundados, audiências com atores do setor e análises de cadeias produtivas, sempre com um objetivo central: demonstrar que negócios florestais podem ter sustentabilidade financeira concreta e duradoura.



O passo decisivo foi lançar o **BNDES Florestas Crédito** como o carro chefe da nossa atuação. Com uma dotação inicial de R\$ 1 bilhão para estimular os investimentos privados, a iniciativa impactou o desenvolvimento da cadeia produtiva de restauração, despertando o interesse de investidores por negócios da bioeconomia. As condições são muito competitivas, e no caso do Novo Fundo Clima, a taxa de juros aplicada é de 1% ao ano mais encargos no limite de 3,5% ao ano. O prazo do financiamento é de, no máximo, 300 meses com até 96 meses de carência, o que é negociado caso a caso. As operações têm teto de R\$ 250 milhões, com participação do BNDES de até 100% dos itens financiáveis.

Os resultados já impressionam e indicam o grande apetite dos investidores privados. Desde seu lançamento, foram aprovados ou contratados R\$ 1,9 bilhão em créditos para 14 projetos em setores diversos, como restauração ecológica, restauração produtiva (SAF), parques naturais, silvicultura de espécies nativas e manejo florestal. Como cada R\$ 1 do BNDES tem atraído R\$ 1,77 de recursos privados próprios, os montantes de investimentos atrelados apenas a essas aprovações já alcançaram R\$ 5,7 bilhões.

A transformação e aceleração dos investimentos no setor de florestas é imensa. Com isso, a carteira do BNDES em consulta, análise e perspectiva já ultrapassa R\$ 4 bilhões em cerca de 26 operações que já protocolaram pedido de financiamento, mostrando a pujança de negócios do setor.



Temos conversado com as empresas, entendendo as dificuldades do mercado e, como banco de desenvolvimento, atuando para o crescimento do setor. Nossa ambição é que o Brasil se transforme em um dos principais players mundiais da área florestal.

Tereza Campello, diretora Socioambiental do BNDES

BNDES Florestas Crédito

14

OPERAÇÕES APROVADAS

26

OPERAÇÕES EM CONSULTA, ANÁLISE E PERSPECTIVA

PROJETOS APROVADOS (em milhões)

- » Urbia Cânions Verdes | R\$ 96,8
- » Re.Green | R\$ 186,7
- » Mombak | R\$ 160
- » Mil Madeiras 1 | R\$ 23
- » Parque Caminhos do Mar | R\$ 25,4
- » Madeflona | R\$ 43,3
- » Symbiosis | R\$ 78
- » Belterra | R\$ 100
- » Suzano | R\$ 250
- » Pátria | R\$ 200
- » Regreen 2 | R\$ 250
- » Flona Irati | R\$ 110
- » Tree+ | R\$ 152
- » BTG | R\$ 200

Temos hoje na carteira do BNDES uma diversidade de projetos para além da restauração ecológica e dos diferentes potenciais de restauração produtiva. "Tem o carbono, mas tem também produção de alimentos, como açaí, cacau, castanha do Pará, café. Vamos facilitar a viabilidade dessa produção em escala com o BNDES Florestas Crédito, gerando também emprego e renda, descortinando um novo modelo de desenvolvimento com muitas oportunidades em linha com as diretrizes do governo do Presidente Lula", explica o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Com visão de futuro, inovação e planejamento, o BNDES Florestas Crédito rompeu o círculo de incertezas e criou a confiança necessária para transformar a restauração de florestas nativas em um dos motores da bioeconomia brasileira. Uma

solução que mostra como crédito e sustentabilidade podem caminhar juntos – e como o Brasil pode se tornar referência global na economia da floresta.

"Não estamos falando só de uma agenda ambiental", explica a diretora Socioambiental do Banco, Tereza Campello. "Temos conversado com as empresas, entendendo as dificuldades do mercado e, como banco de desenvolvimento, atuando para o crescimento do setor. Nossa ambição é que o Brasil se transforme em um dos principais *players* mundiais da área florestal", acrescenta. "O BNDES é o pioneiro, mas a ideia é trazer os bancos privados também, com segurança e lucratividade, o que já está ocorrendo por meio da prestação de fianças bancárias apresentadas por grandes bancos brasileiros", conclui a diretora.



Solução completa de oferta e demanda para equacionar financiamento em restauro florestal

Na sua criação, nos anos 1990, a ideia de financiar o reflorestamento por meio de créditos de carbono certificados parecia muito promissora. A realidade mostrou-se mais desafiadora e, embora o mercado de carbono tenha evoluído e contribuído para a restauração florestal, ainda existem lacunas para que alcance seu pleno potencial – especialmente em países tropicais. No Brasil não é diferente: é generalizada a percepção de que o desenvolvimento do mercado prescindia de maior compartilhamento de informações, notadamente de modelos de contratos de compra de crédito de carbono e de referências de preços.

Com essa missão em mente e seu papel de destravar gargalos do mercado de carbono e da agenda florestal, o BNDES e a Petrobras se uniram e desenvolveram uma iniciativa ambiciosa: o ProFloresta+.

O Profloresta+ inova e tem por mérito juntar pela primeira vez em um leilão público uma grande empresa brasileira para comprar créditos de carbono de alta integridade e o BNDES, maior financiador brasileiro do setor florestal. O contrato firmado terá duração de 25 anos, oferecendo estabilidade de demanda para os projetos de restauração. Ao mesmo tempo, os vencedores do leilão terão acesso às condições mais competitivas de crédito do Banco, por meio do Fundo Clima – Florestas, com taxas reduzidas e prazos longos, adequados ao ciclo de maturação de projetos florestais.

O impacto é transformador. Pela primeira vez, o Brasil terá um preço público de referência para créditos de carbono. Além disso, o **Profloresta+** deixará como legado um contrato padrão transparente redigido a partir de contribuições técnicas do BNDES, da Petrobras e de parceiros de alto nível, como Mattos Filho, Imaflora, Agroícone e Instituto Clima e Sociedade (iCS), contando, ainda, com sugestões de aprimoramentos das diversas partes interessadas, durante processo de consulta pública. Esse contrato será uma referência para as operações de financiamento do BNDES e para o próprio mercado, uma vez que exige que as técnicas de restauração florestal sejam as mais eficazes e envolvam a maior diversidade biológica no bioma amazônico.



"Com a iniciativa, vamos transformar a restauração e a manutenção da floresta, tornando-os rentáveis para as empresas, para as comunidades locais e, principalmente, para o meio ambiente, combinando as demandas ambientais e climáticas do país"

Aloizio Mercadante, presidente do BNDES

Os números dão a dimensão da iniciativa. Por meio de leilões, o ProFloresta+ irá promover a restauração de florestas em uma área equivalente a 50 mil campos de futebol, o equivalente a 350 parques do Ibirapuera. Com essa iniciativa, serão capturados 15 milhões de toneladas de carbono equivalentes ao montante gerado por quase 9 milhões de carros operando em um ano e serão gerados 4,5 mil postos de trabalho, além de investimentos de R\$ 1,5 bilhão apenas com o plantio de espécies nativas na Amazônia.

Mais do que esses resultados imediatos, o ProFloresta+ tem por diferencial reunir, na partida, os atores centrais do mercado de carbono: empresas compradoras de créditos de carbono, que precisam compensar emissões; empresas que irão implantar os projetos florestais que gerem crédito de carbono, chamadas de desenvolvedoras; e o BNDES, principal financiador do setor florestal. Nesse modelo, o contrato de compra e venda de créditos pode ser usado como garantia do financiamento, reduzindo riscos, liberando capital e dando previsibilidade a iniciativas de alto impacto socioambiental, enquanto o edital público e o contrato-padrão de compra desenvolvidos na parceria se consolidaram como referências de integridade para o setor.

Para o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o ProFloresta+ contribuirá substancialmente para dar escala à restauração da floresta amazônica, inclusive impulsionando e servindo de modelo para a venda de créditos de carbono oriundos de concessões florestais em curso no país, e com as estratégias de descarbonização das empresas brasileiras. “Com a iniciativa, vamos transformar a restauração e a manutenção da floresta, tornando-os rentáveis para as empresas, para as comunidades locais e, principalmente, para o meio ambiente, combinando as demandas ambientais e climáticas do país”, disse.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, destacou que a iniciativa “possibilitará atendermos os compromissos climáticos com créditos de carbono de alta qualidade e integridade e, ao mesmo tempo, fomentaremos o desenvolvimento do setor de restauração no país”.

O envolvimento da sociedade civil também revela a dimensão do novo projeto, entre eles o iCS. “Nos unimos a este esforço inédito, liderado pela Petrobras e pelo BNDES, pelo potencial de replicação futura deste modelo em escalas ainda maiores”, disse Maria Netto, diretora executiva do iCS. Segundo ela, os parâmetros poderão servir de referência para iniciativas semelhantes que poderão surgir.



Crédito: Divulgação Petrobras/Marcio Gonzales

Magda Chambriard, presidente da Petrobras, e Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, durante assinatura de protocolo de intenções para a iniciativa ProFloresta+.

PROFLORESTA+

**CAPTURA DE
15 MILHÕES
DE TONELADAS
DE CARBONO**

**GERAÇÃO DE
4,5 MIL
POSTOS DE TRABALHO**

**INVESTIMENTOS DE
R\$ 1,5 BILHÃO
APENAS COM O PLANTIO
DE ESPÉCIES NATIVAS NA
AMAZÔNIA**





CONCESSÕES FLORESTAIS

Um Reino Unido inteiro de florestas em estudo

A Floresta Nacional de Jatuarana, no sul do Amazonas, é marcada por uma exuberante paisagem, com uma diversidade de relevos, serras e vales, além de trechos com cachoeiras nos rios Acari e Sucunduri. Por ali passam antas e araras, entre castanheira, ipês, bromélias e orquídeas. Mas diante do risco da perda dessa biodiversidade pelo desmatamento ilegal e um intenso garimpo, ela passou a ser seriamente ameaçada.

Num esforço para frear sua degradação, sem prejudicar a população, a floresta será administrada por três empresas que, neste ano, venceram a concessão para manejo sustentável. Trata-se da licitação da primeira concessão de floresta da região Norte de um projeto estruturado pelo BNDES, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

O projeto em Jatuarana envolve uma área total de 453 mil hectares, em três unidades de manejo concedidas por 37 anos e que tem potencial de arrecadação de até R\$ 32,6 milhões por ano. Ao longo desse período de concessão, espera-se a geração de R\$ 4,7 bilhões em receita, de R\$ 84 milhões em investimentos sociais, e de 1,5 mil empregos diretos.

Mas ele não é o único. A concessão de Jatuarana faz parte da estratégia do SFB de ampliar as concessões florestais, conforme previsto no Plano Plurianual. Desde 2008, o Governo Federal já estabeleceu 1,31 milhão de hectares de florestas públicas em acordos de concessão, principalmente no Amapá, Rondônia e Pará.

Agora, a parceria do BNDES com o SFB prevê a estruturação de cinco florestas. Além de Jatuarana, serão leiloadas Pau Rosa, Iquiri, Balata Tufari e Gleba Castanho. Em outro contrato com o SFB, o Banco fará a estruturação de mais 12 florestas.

CONCESSÃO FLORESTAL FLORESTA NACIONAL DO JATUARANA

Foto: Divulgação MMA



Com a participação da ministra Marina Silva, o leilão da Floresta Nacional do Jatuarana teve três vencedores, que administrarão a concessão para manejo sustentável da floresta.

O modelo de concessão foi a forma encontrada para integrar a preservação da floresta com a geração de renda para a população do local. “Um dos maiores benefícios do manejo florestal é que as florestas são mantidas em pé, ao mesmo tempo em que geram renda e emprego para as populações locais, contribuindo com a formalização da economia local e regional”, afirma o diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, Nelson Barbosa.

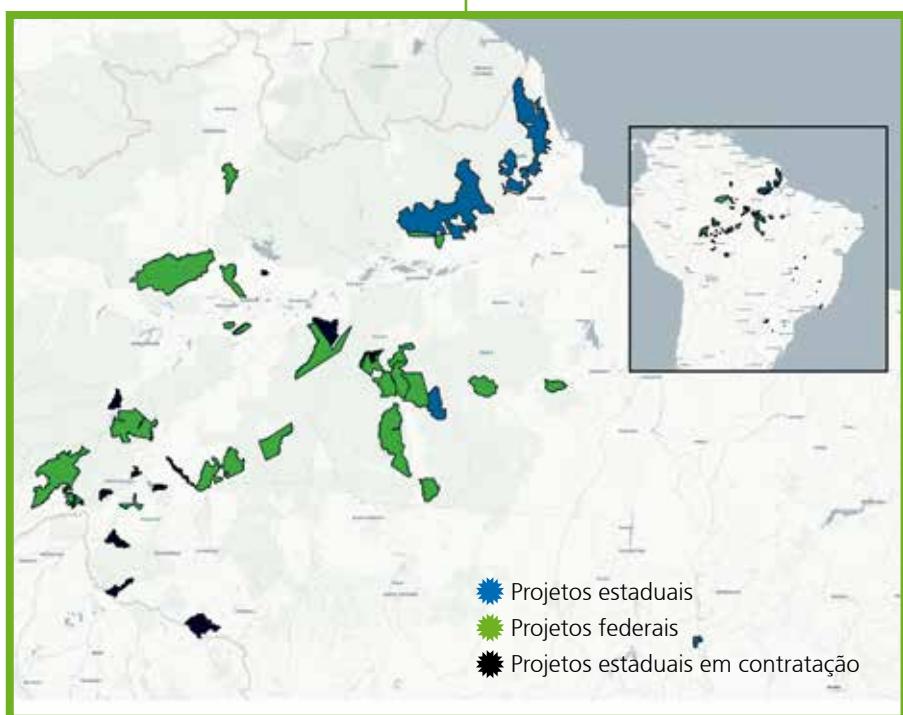
“Além disso, mantêm a diversidade biológica e a oferta dos serviços ambientais, com destaque para o ciclo da água e captura de carbono, importantes para o equilíbrio climático do planeta”, explica o diretor.

O foco é sempre garantir que haja uma resposta ambiental e social. Assim, a concessão florestal passou a ser uma importante ferramenta para implementar a política nacional de conservação que permite combater as atividades ilegais e, ao mesmo tempo, gerar benefícios sociais e promover o desenvolvimento econômico.

Atualmente, existem 21 contratos de concessão de florestas públicas federais firmados, mas a ideia é promover uma expansão importante.

O Brasil possui 309,7 milhões de hectares de florestas públicas federais, estaduais e municipais, o que representa 36,3% do território nacional. Desse total, 31 milhões de hectares são florestas nacionais e estaduais que podem ser objeto de concessão florestal.

A concessão florestal tornou-se uma ferramenta essencial para implementar a Política Nacional de Conservação, permitindo combater atividades ilegais e, ao mesmo tempo, gerar benefícios sociais e promover o desenvolvimento econômico.





"Um dos maiores benefícios do manejo florestal é que as florestas são mantidas em pé, ao mesmo tempo em que geram renda e emprego para as populações locais, contribuindo com a formalização da economia local e regional"

Nelson Barbosa, diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES

Pelos acordos, a terra continuará sendo da União, mas o concessionário poderá explorar de forma sustentável com plano de manejo a madeira e, poderá também restaurar as áreas e vender crédito de carbono.

"A floresta se regenera. Isso gera uma receita, gera empregos, e se você adicionar o potencial de crédito de carbono a receita tende a aumentar", defende Barbosa.

Na concessão, o compromisso é pelo manejo florestal sustentável, que exige a utilização de técnicas de exploração de baixo impacto ambiental que buscam reproduzir o ciclo natural da floresta, mantendo-a

em pé e contribuindo para a manutenção de sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração e demais funções ecológicas, econômicas e sociais.

A exploração de produtos madeireiros e não madeireiros é permitida, mas a contrapartida é a de que ela conserve processos ecológicos de recomposição dos volumes dos produtos colhidos. É possível o manejo sustentável de recursos como madeira em tora, palmito, açaí, castanha do Pará, óleo de copaíba e andiroba, entre outros, sempre se respeitando o uso destes pelas comunidades locais.



Para zerar o desmatamento, precisamos atender à demanda de madeira por meio do manejo sustentável, e não do desmatamento", afirma o diretor-geral do SFB, Garo Batumanian, destacando que o Brasil consome cerca de 12 milhões de metros cúbicos de madeira em torno por ano. "O caminho é transformar a exploração florestal em um vetor de conservação e geração de renda." O diretor lembra que as concessões também funcionam como uma barreira contra a ocupação irregular. "Grande parte dessas florestas está no Arco do Desmatamento. Ao conceder essas áreas, o Estado garante a floresta em pé e cria empregos formais em regiões onde muitas vezes não há outra alternativa econômica."

As florestas em estudo somam cerca de 25 milhões de hectares, área comparável ao território do Reino Unido. Dentro dessas florestas, as áreas que são planejadas para novas concessões de manejo florestal sustentável somam 3,7 milhão de hectares e, nas áreas degradadas, o plano é fazer a restauração de 400 mil hectares de florestas, somando investimentos de mais de R\$ 9,2 bilhões ao longo da vigência dos contratos.



BNDES FLORESTAS INOVAÇÃO

Inovação, pesquisa e alta tecnologia

O setor que restaura áreas degradadas e reconstrói florestas com espécies nativas apresenta um consenso: para escalar a restauração ecológica e/ou produtiva é preciso investir em tecnologia para reduzir custos, trazer previsibilidade para quem investe e ampliar impacto. O mesmo caminho que o Brasil trilhou com as espécies exóticas, notadamente pinus e eucalipto.

Com o desafio de acelerar o crescimento do setor florestal, o Banco criou o **BNDES Florestas Inovação** e assumiu o compromisso de impulsionar a silvicultura de espécies nativas no Brasil. Em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Embrapa, o Banco busca criar as condições necessárias para atrair investimentos e posicionar o país como protagonista no mercado internacional de madeira tropical sustentável.

A proposta nasceu na Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, movimento que reúne mais de 400 representantes do setor privado, do sistema financeiro, da academia e da sociedade civil. Em 2021, um grupo de professores e pesquisadores ligado a uma de suas forças-tarefa lançou as bases para um Programa de Pesquisa e Desenvolvimento em silvicultura de espécies nativas. Para colocar essa agenda em prática, foi estruturado um projeto voltado ao desenvolvimento e à difusão de inovações tecnológicas, com investimento total de R\$ 30,8 milhões, dos quais R\$ 24,9 milhões serão aportados pelo BNDES com recursos não reembolsáveis próprios.

O projeto, apresentado pela Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI), ligada à UFSCar, tenta dar respostas a três frentes: escalar a produção estável e de longo prazo, ajudar no reflorestamento de áreas degradadas e garantir a geração de emprego e renda.

"Nosso objetivo é transformar a silvicultura de espécies nativas em um setor competitivo, inovador e sustentável", explica Nabil Kadri, superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES. "O Brasil domina a tecnologia de plantios, mas ainda engatinha quando se trata de espécies nativas. Com o BNDES Florestas Inovação, queremos romper esse ciclo e abrir uma nova fronteira de desenvolvimento florestal, baseada em ciência, tecnologia e inclusão."

Exemplos existem: a silvicultura de eucalipto. Hoje, o Brasil tem a maior indústria de eucalipto do mundo, com 30% das árvores do planeta. Único país do mundo com nome de árvore, porém, o Brasil representa menos de 10% da produção mundial de madeira tropical.

O país tem 50 milhões de hectares de áreas de pastagens degradadas com baixa aptidão agrícola. Elas poderiam ser beneficiadas por atividades de reflorestamento para a produção de madeira. Isso corresponde a cerca de metade da área necessária para atender à crescente demanda global por madeira até 2050.

Os recursos serão utilizados principalmente para investimentos em cinco temas: sementes e mudas, melhoramento genético, propagação vegetativa, manejo florestal e tecnologia da madeira. Trinta espécies nativas nos biomas Amazônia e Mata Atlântica serão colocadas como prioridade.



"O Brasil domina a tecnologia de plantios, mas ainda engatinha quando se trata de espécies nativas. Com o BNDES Florestas Inovação, queremos romper esse ciclo e abrir uma nova fronteira de desenvolvimento florestal, baseada em ciência, tecnologia e inclusão."

Nabil Kadri, superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES

A ideia é de que instituições de pesquisa assumam o papel de executores dos projetos, com a possibilidade de que estabeleçam acordos com empresas privadas.

"A nossa iniciativa visa mudar um paradigma: deixaremos de cortar para plantar, estimularemos o plantio sustentável em detrimento da extração ilegal", ressalta Fatima Conceição Marquez Piña-Rodrigues, do Departamento de Ciências Ambientais do Campus Sorocaba da UFSCar, uma das coordenadoras do projeto.

A aposta é em um projeto de longo prazo, com até trinta anos de duração, com impacto social, econômico e ambiental. Inicialmente, serão cinco anos de trabalhos que poderão gerar quase mil postos

de trabalho direto e indireto. A demanda criada após a conclusão do projeto poderia ainda gerar 2,8 mil novos postos de trabalho.

No aspecto comercial, a expectativa é de que sejam desenvolvidos clones aperfeiçoados de espécies madeireiras, protocolos de tratamento de sementes, arranjos de espécies melhor adaptados às regiões e tecnologias para produtos de madeira de pequena dimensão.

Em termos socioambientais, a silvicultura de árvores nativas pode ser um instrumento poderoso para alavancar o Arco da Restauração da Amazônia, que está no centro da estratégia ambiental do BNDES.





CHAMADA DE CLIMA

Conectando ativos naturais e financeiros

Em diferentes capitais pelo mundo, a construção de uma economia verde surgiu como uma prioridade estratégica para muitos governos nos últimos anos. Ao transformar suas economias em motores da sustentabilidade, esses países desenham as bases para enfrentar os grandes desafios do século XXI – da urbanização e escassez de recursos às mudanças climáticas e volatilidade econômica.

Alternativa ao modelo econômico dominante atual, que exacerba as desigualdades e ameaça o meio ambiente, a economia verde passou a ser fundamental na formulação de políticas públicas.

Mas como destravá-la? Como criar os incentivos e mecanismos que permitam que ela seja financiada? Como viabilizar a revolução?

Foi com esse propósito que o BNDES, por meio da BNDESPAR, assumiu papel estratégico ao investir em projetos de renda variável que priorizam a transformação ecológica, a descarbonização e a resposta a emergências climáticas. A estratégia busca conectar ativos naturais e financeiros do país, reduzir riscos e atrair capital privado para setores estratégicos.

Uma vertente central dessa agenda é a valorização das florestas e da biodiversidade como ativos financeiros. Estruturação de fundos de *equity* e de crédito voltados a reflorestamento, sistemas agroflorestais, manejo sustentável e conservação exemplificam como soluções baseadas na natureza podem ser integradas ao mercado de capitais.

Nesse sentido, o BNDES lançou a Chamada de Clima com orçamento de até R\$ 5 bilhões, destinada a selecionar fundos de *equity* e fundos de dívida capazes de oferecer liquidez a negócios sustentáveis e ampliar a escala de investimentos de impacto.

O modelo prevê que o Banco participe como sócio minoritário em fundos estruturados, reduzindo assimetrias de risco e estimulando investidores privados a aportarem recursos em setores tradicionalmente vistos como de baixa atratividade.

Com isso, o BNDES reforça seu papel de indutor de instrumentos financeiros inovadores e consolida um arcabouço de financiamento que une mitigação climática, bioeconomia, infraestrutura verde a instrumentos de mercado de longo prazo.

“Ao estruturar fundos de *equity* e crédito em áreas de alto impacto socioambiental, o BNDES reforça sua função de investidor-âncora, mobilizando capital privado e criando um ecossistema de financiamento robusto para a transição ecológica e para soluções baseadas na natureza”, afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

A Chamada de Clima, é um dos instrumentos que exemplifica essa estratégia. Ao selecionar até sete fundos voltados a transição ecológica e soluções baseadas na natureza, entre outras vertentes, a iniciativa pode mobilizar cerca de R\$ 18 bilhões em investimentos e contribuir para reposicionar a carteira da BNDESPAR.

Inicialmente, serão selecionados até cinco fundos de *equity*, totalizando até R\$ 4 bilhões em apótes do BNDES. Três deles serão

destinados à transição energética, ecológica, tecnologia para agricultura verde e descarbonização. Os outros dois serão focados em reflorestamento, agroflorestas, manejo florestal sustentável, silvicultura regenerativa, preservação e recuperação de ecossistemas e biodiversidade.

Já nos Fundos de Crédito, serão selecionados projetos para todas as áreas, com R\$ 1 bilhão. Na avaliação das propostas, a prioridade será dada ainda para aquelas que contemplem projetos de restauração da Amazônia inseridos na região do Arco da Restauração, uma resposta à ofensiva de desmatamento que tomou conta do local.

Dessa forma, o desenvolvimento nacional e o financiamento climático passam a ser tratados como agendas inseparáveis. O diferencial está na mensagem: ao utilizar o mercado de capitais como instrumento estruturante da transformação ecológica, o BNDES demonstra que a agenda verde pode ser, ao mesmo tempo, ambientalmente necessária, economicamente atrativa e financeiramente sustentável.



“Ao estruturar fundos de *equity* e crédito em áreas de alto impacto socioambiental, o BNDES reforça sua função de investidor-âncora, mobilizando capital privado e criando um ecossistema de financiamento robusto para a transição ecológica e para soluções baseadas na natureza.”

Aloizio Mercadante, presidente do BNDES



CONSULTA PÚBLICA CERTIFICAÇÃO DE CRÉDITO DE CARBONO

Adequar à realidade nacional e democratizar a certificação de crédito de carbono

O Brasil precisa estar preparado para uma transição estratégica, provendo soluções de certificação de carbono compatíveis com sua realidade e potencial. Essa é uma das conclusões da consulta pública liderada pelo BNDES e pelo MMA, realizada no primeiro semestre de 2025. A pesquisa revelou um quadro de insatisfação com a predominância de certificadoras internacionais, cujas metodologias são vistas como inadequadas à realidade socioambiental, fundiária e econômica do Brasil, sinalizando a necessidade de adequações desse cenário. Desde 2019, duas certificadoras internacionais detêm cerca de 99% das certificações de crédito de carbono no Brasil, segundo a iniciativa Berkley Carbon Trading Project.

Os levantamentos revelam que o Brasil possui um potencial expressivo no mercado voluntário de carbono, diante de vasta cobertura florestal, matriz energética limpa e ampla disponibilidade de áreas aptas para projetos de reflorestamento e agricultura de baixo carbono.





A criação de metodologias adaptadas à realidade brasileira, combinada a uma gestão transparente e à adoção de tecnologias inovadoras, pode posicionar o Brasil como referência global no mercado de carbono com créditos de alta credibilidade.

Mas o desenvolvimento desse mercado ainda esbarra em desafios significativos. Além da concentração do processo de certificação e verificação em poucas entidades, outro obstáculo é a limitação técnica e institucional quanto às especificidades nacionais, além dos altos custos e prazos de certificação.

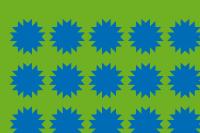
Para superar esses desafios, as contribuições da consulta pública apontam a necessidade de fortalecer a capacidade técnica nacional, com metodologias “tropicalizadas” – ou adaptadas aos biomas, às práticas produtivas e às realidades sociais do Brasil. Os participantes

também destacaram a importância de valorizar o conhecimento técnico e científico local, assegurar uma governança participativa e integrar o projeto aos marcos regulatórios nacionais e internacionais.

Elemento central para o êxito da iniciativa será a redução de custos e a simplificação de processos, especialmente para ampliar a participação de pequenos produtores e comunidades tradicionais, inclusive avaliando a pertinência de uso de tecnologia, dados secundários e outras ferramentas que tornem o processo mais ágil, com integridade e credibilidade internacional.

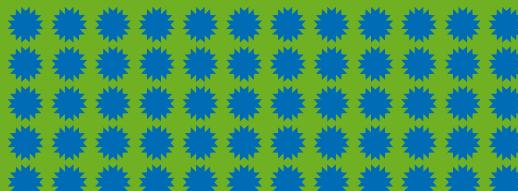
PROJEÇÕES DA BLOOMBERGNEF DE DEMANDA POR CRÉDITOS DE CARBONO, EM ESCALA GLOBAL

1,5 GtCO₂e
USD 30 bilhões



2030

6 GtCO₂e
USD 120 bilhões



2050

O próximo passo é aprofundar o conhecimento sobre o mercado de certificação no Brasil, a partir do que foi coletado na consulta pública. Algumas possibilidades são identificar as lacunas metodológicas dos padrões existentes e outras metodologias adequadas à realidade nacional, especialmente nos setores de Florestas, Agricultura, Uso da Terra e Ecossistemas Marinhos e Costeiros.

Em síntese, a criação de metodologias próprias de certificação – ou adaptação das existentes à realidade brasileira –, somada a uma gestão transparente e à adoção de tecnologias inovadoras, pode posicionar o Brasil como uma referência global no mercado de carbono com créditos de alta credibilidade, democratizando um instrumento chave na luta contra as mudanças climáticas.



Da destruição à esperança



O avanço do desmatamento era real e acelerado. Para aldeias indígenas, tratava-se de uma ameaça existencial. Ao longo de décadas, a geografia da Amazônia foi transformada e, numa área que envolvia 256 municípios, a destruição alavancou a derrubada na maior floresta tropical do planeta, expandindo a zona de devastação que formou um imenso arco do Acre, passando por Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Pará e alcançando parte do Maranhão. Ali estavam 75% da destruição da Amazônia. A área ficou conhecida como o “Arco do Desmatamento”.

Esta realidade perversa refletia diversos fatores. Não foi apenas a ausência de uma capacidade estatal de comando e controle, especialmente visível nos últimos anos, mas também a ocupação econômica de atividades muitas vezes executadas, de forma destrutiva, como a pecuária, a monocultura agrícola, a produção madeireira e a mineração, que, em alguns casos, recorreram a ilegalidades, sobretudo vinculadas a métodos de ocupação do território.

Transformar essa região passou a ser estratégico não apenas para o Brasil, mas para o mundo. Sozinha, a Amazônia é responsável por manter a temperatura global 1 grau Celsius mais fria. Salvar e reconstruir essa região, portanto, virou uma prioridade.

Assim, foi criada uma política pública para converter esse território em um verdadeiro Arco da Restauração e da esperança, de modo a recriar um cinturão verde que possa impedir o avanço de atividades predatórias ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que ofereça alternativas econômicas concretas e sustentáveis.

“O Arco da Restauração é uma prioridade do Governo Federal porque integra os benefícios ecológicos e de manutenção dos serviços ecossistêmicos com a geração de emprego, renda, segurança hídrica e alimentar, além de posicionar o Brasil como líder global em projetos de restauração e preservação de florestas, estimulando a cooperação internacional e servindo de vitrine para os esforços do país rumo à COP30”, afirma o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

O Arco da Restauração envolve um tripé estratégico, com impactos positivos sob as óticas ambiental, social e financeira. A meta estabelecida é ambiciosa, mas necessária para transformar a realidade da Amazônia. Trata-se de recuperar 6 milhões de hectares até 2030, alcançando 24 milhões de hectares até 2050. Essa área, que corresponde ao tamanho do estado de São Paulo, requer investimentos da ordem de dezenas de bilhões de dólares, sendo recursos provenientes de setores nacionais e internacionais, privados e públicos.

ARCO DA RESTAURAÇÃO

R\$ 2,4 BILHÕES

MOBILIZADOS PELO BNDES
PARA A INICIATIVA

26

TERRAS INDÍGENAS

80

ASSENTAMENTOS

9

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



**196 municípios
em 7 estados
da Amazônia
Legal brasileira**

O BNDES colocou a estratégia em movimento na COP28, em 2023. Em parceria com o MMA, reservou R\$ 1 bilhão para a iniciativa, com as duas ferramentas mais potentes que possui: R\$ 450 milhões do Fundo Amazônia, referência mundial de recursos não reembolsáveis liderado pelo MMA, e R\$ 550 milhões do Fundo Clima.

Somando os recursos do Fundo Amazônia e uma doação de R\$ 50 milhões da Petrobras, foram reunidos R\$ 500 milhões que deram origem à iniciativa **Restaura Amazônia**. Entre novembro de 2024 e setembro de 2025, esse montante materializou o lançamento de 12 editais direcionados à seleção de entidades sem fins lucrativos para projetos de restauração florestal e implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) em áreas degradadas de unidades de conservação, terras indígenas, Áreas de Preservação Permanente (APP), reservas legais em assentamentos e pequenas propriedades rurais.

E esses recursos não ficaram apenas no anúncio, mas já foram totalmente comprometidos e ajudaram a atrair outros investimentos do setor privado. Ao todo, já foram mobilizados R\$ 2,4 bilhões. (veja tabelas)

RECURSOS MOBILIZADOS PARA O ARCO DA RESTAURAÇÃO (em R\$ milhões)

Promessa (COP28)	BNDES
Restaura Amazônia	450
Florestas Crédito	550
Total	1.000

Realizado (até COP30)	BNDES	Parceiros	Total
Restaura Amazônia	450	50	500
Floresta Viva	15	15	30
Florestas Crédito	700	1.200	1.900
Total	1.165	1.265	2.430



“O Restaura Amazônia reflete o avanço do Brasil na agenda de restauração florestal, com forte dimensão social e produtiva, ao incluir a participação de povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Serão restaurados cerca de 15 mil hectares e apoiados projetos espalhados pelo Arco da Restauração, centenas de trabalhadores terão sido capacitados e milhões de reais destinados à cadeia produtiva florestal na Amazônia”, explicou a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Os editais do Restaura Amazônia foram estruturados para atender às especificidades de cada território. Em abril de 2025, o presidente Lula anunciou R\$ 150 milhões para apoiar projetos de restauração ecológica em terras indígenas. Paralelamente, o BNDES lançou edital de R\$ 138 milhões para projetos em assentamentos rurais, alinhado ao programa Florestas Produtivas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A primeira série de editais, lançada em dezembro de 2024, priorizou unidades de conservação.



“O Restaura Amazônia reflete o avanço do Brasil na agenda de restauração florestal, com forte dimensão social e produtiva, ao incluir a participação de povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e ribeirinhos.”

Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Hoje, os 45 projetos já selecionados viabilizarão o restauro em, pelo menos, nove unidades de conservação, em 80 assentamentos, e 26 terras indígenas.

“Esses projetos somam restaurações planejadas, capacitação de trabalhadores locais e investimentos em cadeias produtivas florestais, criando alternativas econômicas que ajudam a reduzir o desmatamento”, ressaltou a diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello.

Com efeito, além de recuperar áreas degradadas, o objetivo é que a restauração gere emprego e renda, com a coleta de sementes, produção de mudas, plantio e turismo. A iniciativa é também considerada como um antídoto para fortalecer as comunidades na resistência ao crime organizado, incluindo grilagem, desmatamento, garimpo ilegal e narcotráfico.

Fundo Clima – Além dos recursos não reembolsáveis, o BNDES tem mobilizado sua principal linha de financiamento para o setor florestal. Com custo financeiro de 1% ao ano e prazo de até 25 anos, já foram

aprovados mais de R\$ 700 milhões, advindos do Fundo Clima Florestas, administrado pelo Banco em parceria com o MMA, para apoiar projetos de restauração ecológica e produtiva (SAF) e manejo florestal no Arco da Restauração. Esses recursos evidenciam a força de negócios que surgem nos nossos biomas em harmonia com a floresta. Somados ao capital próprio dos investidores privados, o valor deve ultrapassar R\$ 1,9 bilhão.

Para João Capobianco, secretário-executivo do MMA, o Arco da Restauração não é apenas uma resposta ambiental, mas um novo modelo de desenvolvimento econômico: “Combinando recursos públicos e privados, nacionais e internacionais, estamos mostrando que a recuperação da vegetação nativa é um investimento que reduz externalidades econômicas negativas, gera empregos e impulsiona a economia de base florestal”.

O Arco da Restauração não apenas transforma a Amazônia, mas inaugura uma nova etapa no desenvolvimento do Brasil.





FLORESTA VIVA

Restaurando vidas



Com seus complexos sistemas de raízes em forma de arte que aprisionam sedimentos, reduzem o fluxo da água e armazenam o carbono, os manguezais são fundamentais para a proteção de comunidades inteiras contra desastres naturais, como fonte de renda e como aliados contra o aquecimento global.

Se as poesias de João Cabral de Melo Neto e Vinicius de Moraes retrataram esses locais como zonas de decadência, a ciência hoje revela que eles têm um papel estratégico. Transição entre terra firme e oceano, é ali que espécies escolhem para se reproduzir e se desenvolver. Nutritivo, o mangue é um local de vida.

Se recuperá-los já seria uma prioridade por sua dimensão ambiental, a realidade é que uma ação nessa biomassa tem um profundo impacto também na subsistência da população local. Seja na colheita de frutas, animais para consumo, na produção de artesanato e no desenvolvimento econômico.

A ONU, por exemplo, estima que os manguezais pelo mundo ofereçam serviços ecossistêmicos avaliados em US\$ 1,6 bilhão por ano, incluindo a oferta natural de animais capturados para consumo humano e seu papel no equilíbrio ecológico.

É com esse propósito – e uma carteira de R\$ 47,3 milhões em recursos não reembolsáveis – que o Fundo Socioambiental do BNDES e a Petrobras colocaram em prática o projeto “**Manguezais do Brasil**”, primeira chamada pública da iniciativa Floresta Viva, lançado em 2023. O edital, sob gestão do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), selecionou oito projetos voltados à recuperação de 1.757 hectares de vegetação nativa em áreas de manguezais e restingas, distribuídas por três macrorregiões do país – Costa Norte, Nordeste/Espírito Santo e Sul/Sudeste –, contribuindo para a proteção da biodiversidade e a adaptação às mudanças climáticas.



O impacto é real. No Paraná, foram 28 mil mudas plantadas nos manguezais pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Na Paraíba, houve a restauração de centenas de hectares de mangue e a capacitação de quase 300 pessoas em técnicas de coleta e produção de mudas.

Todas essas ações fazem parte do **Floresta Viva**, estratégia maior desenvolvida pelo BNDES que já aprovou o lançamento de 17 editais de projetos em todos os biomas brasileiros (à exceção do Pampa), por meio dos quais já foram selecionados ou estão em fase final de aprovação 115 projetos de restauração. O Floresta Viva

mobilizou R\$ 468 milhões, sendo R\$ 234 milhões do BNDES e R\$ 234 milhões de 13 parceiros entre as quais se destacam governos, bancos multilaterais e públicos, empresas nacionais e multinacionais de setores como energia e serviços. Com esses recursos, será possível recuperar em torno de 15 mil hectares.

PROJETOS FLORESTA VIVA 1

Instituição apoiadora	Valor total do apoio (BNDES + Apoiadoras)	Projetos selecionados ou previstos
Manguezais do Brasil	R\$ 53.283.758,52	8
Amazonas	R\$ 11.236.006,76	2
Xingu	R\$ 22.854.700,45	4
Corredores da Biodiversidade	R\$ 66.092.898,06	12
Conectando Paisagens	R\$ 9.183.787,12	7
Caatinga Viva	R\$ 26.172.966,23	11
Sudeste do Paraná	R\$ 9.724.638,99	2
Conectando Paisagens 2	R\$ 9.909.909,91	8
Florestas do Rio	R\$ 42.754.239,98	7
Xingu 2	R\$ 7.145.299,55	5
Terras Indígenas	R\$ 10.000.000,00	4
Florestas do Rio 2	R\$ 67.567.567,57	10
Águas do Paranaíba	R\$ 20.000.000,00	8
Pantanal	R\$ 5.872.738,81	2
Águas do São Francisco	R\$ 20.000.000,00	8
Caatinga	R\$ 10.000.000,00	2
Águas do Piauí e Maranhão	R\$ 78.000.000,00	15
	R\$ 469.798.511,94	115



Em 2025, o Floresta Viva entra em uma nova fase. Batizado de Floresta Viva 2, para além da agenda de restauração florestal, também inclui a implementação de ferramentas para apuração de créditos de biodiversidade e intensifica recursos diretamente direcionados à capacitação dos trabalhadores associados aos chamados empregos verdes. Presente em todos os ecossistemas do país, com exceção da Amazônia, já amparada pelo Fundo Amazônia, o programa amplia horizontes e reafirma um princípio simples e poderoso: cuidar da floresta é investir no futuro do Brasil.

Restaurar a biomassa como uma política pública ainda se mistura com política social e de renda. “Quando o BNDES lança o Floresta Viva, não está apenas apoiando o plantio de árvores. Está ajudando a reconstruir ecossistemas, revitalizar territórios e criar oportunidades para quem vive da floresta e com a floresta”, destaca Nabil

Kadri, superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES. “A restauração se transforma em política de desenvolvimento, porque cuida da natureza e das pessoas ao mesmo tempo.”

No centro da estratégia está uma inversão inovadora do conceito de restauração: a criação e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis nas regiões atendidas, que geram emprego e renda. O vetor, assim, é criar uma nova economia.

“São projetos que não estão olhando só para serviços ecossistêmicos. Eles olham também para a produção de alimentos, que é outra agenda super estratégica para o governo. A gente está falando aqui de segurança e soberania alimentar”, afirma Thiago Belote, diretor de Florestas do MMA.

No mangue, na Mata Atlântica ou na Caatinga, o Floresta Viva, portanto, é sobre restaurar vidas. Todas elas.



OUTROS APOIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS



Emergência em áreas críticas da Amazônia

Na Bacia do Rio Xingu, há uma enorme pressão diante do processo de ocupação e de expansão da fronteira agrícola entre o Pará e o Mato Grosso. No eixo da estrada da BR-163 no Pará, por exemplo, a região é marcada por um forte desordenamento territorial e pelo desmatamento ao longo da rodovia. Já na Bacia do Rio Acre, o desmatamento e degradação ameaçam a provisão dos serviços hídricos para a capital do estado.

Enquanto isso, o Centro de Endemismo Belém, localizado no Pará e no Maranhão, foi tomado por um alto nível de desmatamento e ausência de unidades de conservação.

Essas são algumas das regiões que se transformaram em epicentros da destruição da floresta, exigindo um compromisso para agir de forma emergencial.

Todas elas têm algo em comum: foram conduzidas a um ponto de ruptura (*tipping point*) a partir do qual poderão ocorrer mudanças irreversíveis no ciclo hidrológico e climático da região.



Foi assim que surgiu, em 2024, o programa **Florestas para o Bem-estar**, lançado pela entidade Conservação Internacional e financiada pelo BNDES com recursos do Fundo Amazônia, gerido pelo Banco, sob coordenação do MMA. Com R\$ 17 milhões, a iniciativa selecionou cinco projetos para restauração com espécies nativas em uma área de 1,1 mil hectares em toda

Amazônia Legal. Serão, assim, 1,8 milhão de árvores.

A iniciativa inclui uma chamada pública para coletores de sementes e produtores de mudas interessados em participar de um programa de capacitação técnico-gerencial para viveiristas. Também contempla a capacitação de agentes da restauração florestal e o fortalecimento de pequenos negócios da cadeia

produtiva de restauração – como viveiros – por meio de investimentos em obras, equipamentos e capacitação. Com ampla transparência, o projeto ainda conta com uma equipe própria de implementação e monitoramento.

Agir antes de que essas regiões vivam um ponto de não retorno é uma urgência existencial.





OUTROS APOIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS

Sertão Vivo



O Sertão Vivo é uma iniciativa que articula cooperação internacional e capacidade de execução local para acelerar a adaptação às mudanças climática na região do semiárido brasileiro. Inédita, a engenharia financeira foi desenvolvida pelo BNDES e pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – Fida (agência da ONU), em parceria com o Governo Federal e os estados do Nordeste, e apoiada por recursos do Green Climate Fund (GCF).

Foram destinados para a iniciativa mais de R\$ 1,3 bilhão, entre recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, que serão repassados a seis estados do Nordeste (BA, CE, PE, PB, PI e SE) para a execução de ações de recuperação de sistemas produtivos, acesso à água e práticas agrícolas adaptadas ao clima. Na ponta, para as famílias e grupos de agricultores familiares apoiados, incluindo comunidades tradicionais de fundo de pasto, quilombolas, e indígenas, o apoio chega a 100% como recurso não reembolsável.

No coração da estratégia está o recaatingamento: recompor 100 mil hectares de vegetação nativa para restaurar a funcionalidade ecológica da Caatinga, proteger solos e água, reduzir ilhas de calor e ampliar a conectividade entre fragmentos de vegetação nativa. Essa agenda ambiental caminha junto com a produção: sistemas agroflorestais com espécies da Caatinga, manejo inteligente da água e tecnologias apropriadas ao semiárido elevam produtividade, renda e segurança alimentar, sem ultrapassar os limites do bioma.

Ao contrário do senso comum, a Caatinga é extraordinariamente rica em biodiversidade e possui alta capacidade de estocar carbono. Assim,



ao combinar apoio produtivo às famílias sertanejas com restauração em escala desse bioma, o único exclusivamente brasileiro, o Sertão Vivo recoloca a Caatinga no centro da agenda climática e produtiva do país, articulando combate à pobreza, aumento da produção de alimentos com tecnologias adaptadas, recuperação de ecossistemas e resiliência climática – com resultados concretos em mais renda, qualidade de vida e comida na mesa.

A construção da resiliência climática parte da valorização dos saberes sertanejos e das práticas consolidadas por gerações – convivência com a seca, seleção de espécies adaptadas, manejo hídrico de baixo custo – que devem ser combinadas com assistência técnica qualificada, métricas de integridade socioambiental e financiamento estruturado.

Outro diferencial é a troca de experiências. Os aprendizados circulam entre projetos nos diferentes estados e se conectam a iniciativas em outros países áridos e semiáridos, abrindo uma via de mão dupla: o Brasil aprende e inspira, posicionando a Caatinga como referência internacional em restauração de ecossistemas secos e adaptação climática.

Com alcance estimado de cerca de 326 mil famílias – aproximadamente 1,3 milhão de pessoas em situação de vulnerabilidade –, o Sertão Vivo atualiza a política pública para o semiárido: integra cooperação internacional, escala financeira e protagonismo comunitário para transformar vulnerabilidade em capacidade de adaptação. Ao fazer do recaatingamento um vetor de desenvolvimento, consolida um modelo replicável de economia da restauração – com impacto ambiental mensurável e efeito direto na vida das pessoas.





ESTUDO CADEIA PRODUTIVA

Cadeia da restauração florestal: desafios e caminhos para o desenvolvimento

O Brasil assumiu o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030. O desafio é grande, e exige mapear e enfrentar os gargalos existentes para que a restauração florestal, considerada um dos mais eficientes mecanismos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, possa escalar e prover desenvolvimento, contribuindo para geração de empregos verdes e redução de vulnerabilidades sociais e econômicas.

Um estudo realizado como parte de uma cooperação técnica entre o BNDES e BID traçou um diagnóstico. Identificou que há aspectos estruturais e conjunturais que afetam a expansão da cadeia do restauro. Entre as questões mais gerais estão os desafios relacionados à regularidade fundiária e ao mercado de terras na região amazônica. Estima-se que, em 2024, mais de 40% do desmatamento total na Amazônia Legal tenha ocorrido em florestas públicas não destinadas – áreas sob domínio da União ou dos estados que ainda não possuem uma afetação legal específica. Nesses territórios, estima-se mais de 110 mil propriedades registradas no sistema do Incra, o que reflete a fragilidade da governança fundiária.

Outro aspecto crucial ao desenvolvimento desta cadeia é a consolidação de uma demanda mais estável e perene, que permita investimentos mais seguros em negócios associados à restauração. Assim, a carência de infraestrutura para o armazenamento de sementes por prazos maiores e as dificuldades logísticas e de estrutura física, são pontos relevantes a serem tratados, bem como a escassez de mão de obra e de assistência técnica especializada. Como exemplo, a capacidade atual de produção de mudas na região amazônica será insuficiente para suprir a demanda de restauração. Os viveiros da região seriam capazes de atender apenas 1/28 da demanda de mudas estimada para restaurar 10% do passivo ambiental existente, conforme dados do estudo.

A superação desses gargalos é possível e já está em curso.

O estudo aponta que será necessário reforçar uma governança que integre instrumentos financeiros, políticos e mecanismos de participação comunitária. Também fazem parte dessa trajetória: o



A agenda ambiental do BNDES apresenta hoje uma política articulada de ações que tem buscado gerar esse ecossistema de suporte ao desenvolvimento da cadeia, necessária para que o tema ganhe a escala esperada.

desenvolvimento de bons projetos de restauração que atraiam investimentos privados, acesso a linhas de crédito e outras formas de apoio para restauração produtiva, com prazos compatíveis com os ciclos ecológicos; o fomento à produção local de sementes e mudas nativas a partir de compras institucionais; o acesso a sementes de qualidade, adaptadas aos contextos ecológicos locais e manejadas de forma sustentável e seu armazenamento adequado; o conhecimento técnico e científico sobre as espécies nativas e seus comportamentos e necessidade de adaptação diante das mudanças climáticas para redução de vulnerabilidades.

Nesse sentido, é essencial fortalecer políticas públicas que combinem

incentivos à conservação com alternativas de produção sustentável, como os sistemas agroflorestais, extrativismo de produtos não madeireiros e outras atuações em bioeconomia sustentável, assim como a criação de uma rede de colaboração entre universidades, centros de pesquisa, e comunidades locais, com foco em pesquisas aplicadas à restauração ecológica e respeitando os conhecimentos tradicionais. A boa notícia é a constatação de que o BNDES já está com ações em curso para tratar alguns gargalos identificados. São vários os exemplos das formas de atuação do Banco, que abarcam instrumentos reembolsáveis e não reembolsáveis de apoio, tais como o Fundo Amazônia, o Fundo Clima, o Floresta Viva, vários em convergência com a iniciativa do Arco da Restauração. Há também o apoio à estruturação de projetos de concessões de florestas públicas, sob a coordenação do SFB, incentivando-se também a restauração ecológica.

Os resultados do estudo contribuem para reforçar os pontos de melhorias à cadeia e destaca ainda mais os esforços e contribuições que o BNDES tem realizado para que o restauro seja não só um instrumento de mitigação e adaptação, mas que também traga justiça climática, com geração de emprego, sustentabilidade financeira, integridade técnica e participação social.



FICHA TÉCNICA

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Diretoria do BNDES

Presidente

Aloizio Mercadante Oliva

Diretores

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Maria Fernanda Ramos Coelho

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baère de Araújo Filho



EXPEDIENTE

Coordenação e produção

Gabinete da Presidência
Departamento de Comunicação

Redação e edição de texto

Gabinete da Presidência
Departamento de Comunicação
(com contribuição de Jamil Chade)

Edição

Área de Relacionamento,
Marketing e Cultura
Departamento de Relacionamento
Gerência de Editoração e Memória

Projeto gráfico e diagramação

Refinaria Design

Fotografias

Capa: Re.green - Arquivo institucional

Páginas 4, 7, 14/15, 16/17, 21, 23, 28, 32 e 33:
Marcelo Curia/BNDES



Editado pelo Departamento de Relacionamento
da Área de Relacionamento, Marketing e Cultura do BNDES

Novembro de 2025



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

